



JORNAL DO SINPOL

JORNAL DO SINDICATO DOS FUNCIONÁRIOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ANO XXV – Nº 57 – JULHO/AGOSTO/SETEMBRO 2020 — Rua Riachuelo nº 191 B - Térreo - Centro - Rio - Tel.: 2507 -0757

Filiado à



Email: atendimento@sinpol.org.br

Site: www.sinpol.org.br

SINPOL cobra insalubridade para policiais

No período da pandemia da Covid-19, os policiais civis que estão cumprindo escala ou expediente nas delegacias, deveriam receber um adicional do Estado. Atendendo a reivindicação da categoria, o SINPOL ingressou na Justiça para que no período da pandemia, os policiais civis recebam o pagamento do Adicional de Insalubridade por correrem riscos de contaminação pelo Coronavírus. Muitos já foram contaminados.

Embora o efetivo esteja reduzido nas delegacias, tanto pela falta de concurso público, quanto pelos ajustes feitos nas dependências policiais para manter o distanciamento social, os policiais só estão atendendo casos graves, porém mantendo as diligências e investigações em dia. Muitos agentes se queixam que o Estado não fornece os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como máscaras e álcool gel para higienização das mãos. Na ação, de acordo com o advogado do SINPOL, Dr. Daniel Rodrigues, “vamos cobrar além do adicional de insalubridade, a obrigatoriedade do governo for-



15ª DP Gávea - infiltrações e mofo tomam conta

necer os EPIs para os policiais civis que estão trabalhando” – disse. Os interessados na ação devem ligar para o Sindicato, 2224-9571, e agendar uma consulta com o advogado do SINPOL.

Nas DPs condições insalubres

Algumas delegacias funcionam em condições insalubres, com infiltrações, mofo e umidade, agravando mais ainda a situação. Na Divisão de Homicídios, por exemplo, a maior do Rio, não há limpeza diária. Só uma vez por semana. E mesmo assim porque os policiais da unidade se cotizam para contratar alguém para fazer a faxina. Em várias delegacias há casos de policiais contaminados pelo Covid-19.

Desde 2016, o SINPOL tem ação na Justiça para que o Estado reconheça o direito dos policiais civis associados de receberem hora extra e Adicional Noturno – Processo nº 00209562-85.2016.8.19.0001, que aguarda a conclusão do juiz. “Agora, com os crescentes casos de contaminação no Estado do Rio, esperamos que a Justiça e o governo estadual reconheçam o direito dos policiais receberem o Adicional de Insalubridade durante a pandemia”, dispara Fernando Bandeira, presidente do SINPOL.

SINPOL luta pela atualização do Triênio

O SINPOL entrou com ação na Justiça para atualizar o triênio de vários policiais associados com base de cálculo que incida sobre a Gratificação de Habilitação Profissional (GHP) que o estado não vem respeitando. Existe até decisão favorável no Judiciário. Apesar de alguns agentes terem sido beneficiados, o Estado vem procrastinando e recorrendo das sentenças, a exemplo do que acontece em Segunda Instância, quando juízes julgam improcedentes as ações para corrigir o benefício, atendendo a alegação da fazenda estadual, que diz não ter recursos para o pagamento diante da prioridade de se combater

o Coronavírus.

Farra com dinheiro público

No entanto, é público e notório a farra que

os governantes e alguns agentes públicos fazem com os recursos destinados ao Covid-19 no Estado. Integrantes do governo com empresários criminosos fazem

negociatas com o dinheiro público, embolsando milhões, enquanto o direito do servidor vem sendo aviltado com julgamentos rápidos pela improcedência das cau-

sas nas Câmaras de Fazenda Pública da Justiça Estadual.

Diante da grave situação, o SINPOL vai aguardar a decisão do

TJ, e caso ele julgue o recurso favorável ao triênio improcedente, o nosso Jurídico vai entrar com ação rescisória pedindo a nulidade da sentença.

CONCURSO JÁ!
Faltam policiais, pessoal de atendimento e limpeza
Chega de delegacias vazias.
SINPOL - 26 ANOS DE LUTAS
Tel. 2224-9571
E-mail: atendimento@sinpol.org.br
www.sinpol.org.br
Rua Riachuelo nº 191B - Térreo - Centro - Rio

Nesta edição:

SINPOL cobra concurso para a PCERJPág.2

Policia é servidor, não empregado de delegadoPág.3

Polícia prende quadrilha da Covid-19Pág.4

Jurídico dá toda assistência aos associadosPág.4

EDITORIAL

Suspeita de trabalho forçado

O Ministério Público do Trabalho tem recebido denúncias de policiais e outros servidores quanto ao trabalho forçado durante a pandemia do coronavírus. O MPT de Nova Iguaçu oficiou ao SINPOL e pediu informações de casos que o Sindicato tem conhecimento de policial que foi obrigado a trabalhar, mesmo sendo de grupo de risco, como é o caso do inspetor Leonardo Motta, diretor do SINPOL, que tem mais de 60 anos. Apesar de ter comunicado aos superiores sobre sua condição especial, foi transferido duas vezes e convocado a se apresentar – Veja matéria nesta edição na página 3.

Junto com a diretoria, o advogado do Sindicato, Dr. Daniel Rodrigues, está fazendo um levantamento sobre esses casos e faz um alerta: “Aqueles que foram obrigados a trabalhar, mesmo sendo do grupo de risco ou não, devem procurar o SINPOL a fim de serem tomadas as medidas jurídicas cabíveis.

Em 17 de março, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, publicou o decreto com as medidas de combate ao coronavírus e do isolamento social, que devem ser seguidas por todos os funcionários públicos e empregados de empresas privadas, visando proteger as pessoas e evitando as aglomerações em espaços públicos e ambientes de trabalho.

Nas delegacias, o efetivo que já é pequeno, ficou ainda mais reduzido, objetivando impedir aglomerações nas repartições policiais. Uma resolução da secretaria de Polícia Civil (Nº 116/2020) determinou que apenas casos graves fossem registrados presencialmente. Os demais devem ser feitos on line no site da Polícia Civil – matéria na página 3.

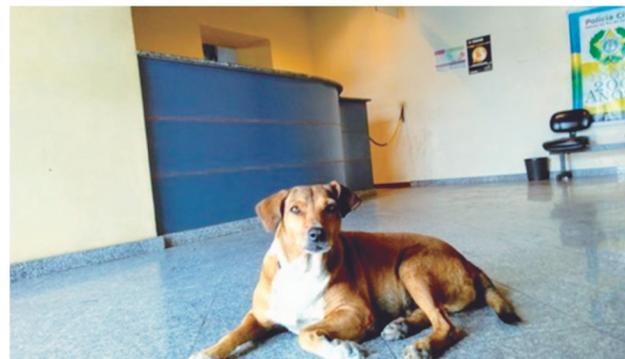
Apesar de todas essas providências para combater o coronavírus, muitos policiais contraíram a Covid-19. E o mais grave, alguns em situação de risco, foram obrigados a trabalhar, com a autoridade policial desrespeitando o decreto de isolamento social e as condições específicas de cada servidor.

O Ministério Público do Trabalho solicitou ao SINPOL o endereço das delegacias onde os policiais que deveriam estar em casa, estão trabalhando normalmente por ordem da autoridade policial. O SINPOL respondeu que tem conhecimento de casos extra-oficiais de agentes que sofreram supostas coações de trabalho forçado e condições insalubres nas delegacias. E que está à disposição dos policiais que queiram denunciar esta arbitrariedade.

Concurso: Polícia Civil precisa urgente aumentar efetivo

Em razão da pandemia da Covid-19, a programação do concurso tem sido adiada desde abril. No entanto, outro agravante soma-se ao coronavírus – o governador Wilson Witzel publicou um decreto bloqueando 9.500 cargos vagos no estado, incluindo as 864 vagas na Polícia Civil e suspendendo as provas que estavam anunciadas para o início do segundo semestre deste ano. Nem os editais previstos para serem publicados no mês de junho ainda não foram autorizados, pegando a administração da PCERJ de surpresa. Entretanto, os organizadores do concurso acreditam que podem reverter a situação, em consequência da necessidade urgente de preencher as vagas.

A medida teve por objetivo cumprir o pacto fiscal com o governo federal que não permite aumento das despesas com funcionalismo. Em janeiro do ano passado o SINPOL entregou pauta de reivindicações



Balcão sem atendentes. Cão monta guarda na recepção da 79ª DP Jurujuba

ao ex-chefe de polícia, delegado Marcus Vinícius, contendo a abertura de concurso urgente para a corporação. E encaminhou a mesma pauta ao Governador Witzel. Este deveria ter tomado as providências desde que assumiu o estado para preencher as vagas existentes. Não o fez, deixando a polícia sobrecarregada de inquéritos e processos que não vão à frente por falta de pessoal.

Acadepol aguarda sinal do governo

Fora a decisão do governador de adiar o concurso, a pandemia do Co-

vid-19 não estava permitindo o prosseguimento do concurso cujas 864 vagas estavam assim distribuídas: Para auxiliar de necropsia (12 vagas – nível fundamental), técnico de necropsia (16 vagas – nível médio), investigador (118 vagas – nível médio). Assim como, inspetor (118 vagas – nível superior em qualquer área), perito legista (54 vagas – nível superior em áreas específicas) e perito criminal (20 vagas para graduados em especialidades distintas). A última previsão de abertura das inscrições era para maio. No entanto, a Acadepol e os organiza-

dores analisam o melhor momento para divulgar novo prazo em consequência das medidas do governo de adiar o concurso. O ex-secretário de Polícia Civil, delegado Marcus Vinícius, havia confirmado a publicação de seis editais para junho, visando abrir o concurso da PCERJ com 864 vagas – A expectativa é que seja divulgado um edital por cargo.

O SINPOL, que antes do coronavírus, percorreu dezenas de delegacias por todo estado, constatou além das condições precárias de algumas unidades policiais, a falta de efetivo em todas elas – o que prejudica as investigações e consequentemente a identificação de autoria e punição aos crimes pela Justiça.

O edital para delegacia com 47 vagas também aguarda data para ser publicado. De acordo com a direção da Academia de Polícia Sylvio Terra (Acadepol) todos os editais já estão prontos.

5 DE JULHO – SINPOL SAÚDA OS COMISSÁRIOS EM SEU DIA

A diretoria do SINPOL e da Unicompol parabensam todos os comissários de polícia pelo seu dia, comemorado em 5 de julho, que aguardam a aprovação pela ALERJ da Lei Orgânica da Polícia Civil, onde os comissários terão mais autonomia dentro da estrutura da PCERJ, como por exemplo, representar a autoridade policial na ausência do delegado. Em junho do ano passado, o governador Witzel, prometeu encaminhar o projeto da Lei Orgânica à Alerj. Não cumpriu, provocando muita preocupação nos policiais mais antigos. No fim do segundo semestre deste ano, com o pedido de abertura de processo de impedimento do governador, esta justa reivindicação mais uma vez fica adiada.

SINPOL na campanha contra o fumo



São muitas as doenças provocadas pelo nocivo hábito de fumar. As principais são as cardiovasculares, as pulmonares e os cânceres. Entre as pulmonares, além de problemas como a asma e bronquite, uma doença tem despertado a atenção dos especialistas. É a Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, que, nas projeções da Organização Mundial de Saúde, por volta de 2020 deverá ser a terceira principal causa de mortes no mundo. Nos últimos dez anos, ela foi a quinta maior causa de internamentos no Sistema Único de Saúde – SUS.

O SINPOL alerta! Pare de fumar, pratique exercícios e tenha uma vida saudável!

JORNAL DO SINPOL

Jornal do Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Redação: Rua Riachuelo nº 191 B - Térreo - Centro. CEP: 20.230-010 - TEL: (21) 2224-9571

E-mail: atendimento@sinpol.org.br — Site: www.sinpol.org.br

Diretor Redação: Fernando Bandeira – Edição: Claudio José – RG. MTE nº31.381 – Redação: Claudio José e Maria Helena

Fotos: Cláudio José e Bruno Maciel Colaborou: Berenaldo Lopes e Geordane Souza

Editoração e Arte Final: Fernando Teixeira – Colaboração: Todos os Policiais Cíveis do RJ – Tiragem: 10 mil exemplares

DIRETORIA EXECUTIVA 2018/2022

Presidente - Fernando Antonio Bandeira (Comissário), **Vice-Presidente** - Luiz Alberto Cutalo Prates (Inspetor), **Secretário Geral** - Luiz Otávio Antunes (Comissário), **Secretário Adjunto** - Renato Saldanha Alvarez (Comissário), **Tesoureiro Geral** - Leonardo Motta de Faria (Inspetor), **Tesoureiro Adjunto** - Daisy Lourdes Corrêa da Rocha (Oficial de cartório). **SUPLENTEs**: Humberto Giudice Fittipaldi Filho, Marcius de Carvalho Pereira **CONSELHO FISCAL** – **Efetivos**: Mario Castellano, Flavio Antonio Azedo do Amaral, Jonathas Simples de Oliveira Junior. **Suplentes**: Pedro Jesuino Ferreira, Raimundo Nonato Melo, Valter Escarlate. **CONSELHO DE ÉTICA E DISCIPLINA**: Natalício Ferreira de Araújo, Tadeu Pitanga da Silva, Gilson Rodrigues. **Suplentes**: Geraldo Ferreira, Gabriel Baptista da Rosa, Neirrobson Malheiros da Silva.

Pandemia: delegacias com atendimento restrito

Apesar do número de registros ter caído significativamente durante a pandemia do Coronavírus, a Polícia Civil tem feito grandes operações desbaratando quadrilhas e combatendo a corrupção no estado. A equipe do SINPOL esteve recentemente percorrendo as delegacias da área central da cidade e duas na Zona Sul, entregando o jornal e conversando com os policiais. O movimento em todas elas ainda é muito baixo, devido ao coronavírus e isolamento social estabelecido pela Prefeitura e governo do Estado.



Na 10ª DP Botafogo, as partes são atendidas na porta



Na 5ª DP Centro, o aviso de atendimento reduzido

Só casos graves são registrados

As unidades da Polícia Civil estão funcionando com pequeno efetivo e portas fechadas, só abrindo para ocorrências graves como, por exemplo: homicídios e remoção de cadáver, roubos e furtos de veículos, autos de prisão em flagrante, além dos seguintes crimes violentos – violência física ou sexual contra a pessoa, principalmente a vítima sendo criança ou adolescente, crimes com incidência da lei Maria da Penha, e a critério da autoridade policial.

Esse procedimento padrão é resultado da Resolução SEPOL nº 116/2020 do ex-secretário de Polícia Civil, delegado Marcus Vinícius, enquanto perdurar a pandemia do Covid-19 no Estado do



Apenas casos graves são atendidos na 9ª DP Catete

Rio de Janeiro. Outros crimes que não estejam relacionados acima a denúncia pode ser feita on-line através do site: [HTTPS://dedic.pcivil.rj.gov.br](https://dedic.pcivil.rj.gov.br) que as medidas cabíveis serão tomadas.

As delegacias visitadas pelo SINPOL neste momento de isolamento social foram: 9ª DP Catete, 10ª DP Botafogo, 1ª DP Central, 4ª DP Presidente Vargas, DEAM Centro, 5ª DP Gomes Freire, 17ª DP São Cristóvão e 18ª DP Praça da Bandeira. Todos os policiais estão trabalhando com máscara facial e álcool em gel nas mesas.



Com as portas fechadas, DEAM Centro só atende emergências



O diretor Denilson (D) com o inspetor Manoel Cruz, na Cidpol

SINPOL CRITICA TRANSFERÊNCIA DE POLICIAIS

Com a dança das cadeiras que ocorre quando muda o chefe de polícia, saiu o delegado Marcus Vinícius e no seu lugar entrou o delegado, Flávio Amaral, ex-diretor do Degaf – novo secretário de Polícia Civil – que também mudou os diretores de departamentos e delegados titulares. Essas mudanças trouxeram à tona uma prática nociva que prejudica o policial civil na ponta. Quando assume um novo delegado titular ele traz a sua equipe substituindo a que estava e transferindo agentes e chefes de seção para outras delegacias, mesmo que a equipe anterior tivesse ótimos índices de elucidação de crimes.

Foi o que aconteceu com o nosso diretor, Leonardo Motta. Lotado na 29ª DP, o inspetor Leonardo foi “bicado”

para a 23ª DP Méier assim que assumiu um novo delegado. Mesmo estando afastado pelo decreto do governador de isolamento social, em função do Covid-19, o delegado o transferiu para a delegacia do Méier, mandando ele se apresentar ao titular daquela DP. Apesar de ter alegado ser do grupo de risco (acima de 60), Leonardo informou que ficaria em casa à disposição da delegacia.

Policial é servidor público e não empregado de delegado

Qual foi sua surpresa ao saber por um agente de núcleo que novamente foi transferido para a 20ª DP Grajaú, sem cumprir o prazo mínimo de permanência naquela unidade. “O policial civil é servidor público, servidor do Estado e não

funcionário de delegado” rebate o advogado do SINPOL, Dr. Daniel Rodrigues, que está tomando as medidas administrativas e até judiciais para impedir esse abuso contra o agente público, sobretudo o da terceira idade, que vira “marionete” nas mãos dos delegados titulares que fingem não saber a diferença de um servidor público do empregado privado.

“Um absurdo que os delegados tem feito contra os policiais, principalmente com os mais velhos, que cumprem o isolamento social por decreto estadual” – diz Fernando Bandeira, presidente do SINPOL. Se você foi transferido injustamente ligue para o Sindicato e agende uma consulta com o advogado: 2224-9571

Convênios e Descontos

Vários descontos são oferecidos aos associados do SINPOL que para terem acesso aos benefícios terão que pegar o encaminhamento no Sindicato à Rua Riachuelo, 191 – Térreo, Centro

Colégio Pinheiro Guimarães: Associados e familiares têm direito a 50% de desconto na formação regular que vai da creche a faculdade, assim como nos cursos técnicos e livres. Os interessados devem pegar encaminhamento no SINPOL.

Academia do Concurso Público: Nos cursos preparatórios para concursos o desconto é de 20%. Mais informações no Tel: 22249571

Oftalmologista: Exames oftalmológicos com 30% de desconto são feitos no Centro do Rio e em Niterói.

Atendimento jurídico: O atendimento jurídico gratuito é feito para associados às terças-feiras das 10h às 13h e às quintas-feiras, das 14h às 17h. O advogado responsável pelo atendimento é o Dr. Daniel Rodrigues. Para ser atendido basta apresentar a carteira de associado ou o último contracheque.

CVC Viagens: Os associados do

Sindicato e correntistas do Bradesco terão descontos especiais em cima dos valores cheios dos pacotes nacionais e internacionais, com as melhores ofertas.

Ótica Pupilar: Oferece 15% de desconto no pagamento em dinheiro, 7% de abatimento em cartão de débito e crédito, parcelando em até 10 vezes sem juros na aquisição de lentes e armações.

Ótica Legal: 10% de desconto na compra à vista, com a garantia de cobrir qualquer orçamento. Ainda parcela em 10 (dez) vezes no cartão de crédito.

INE/RJ: 30% em todos os cursos, exceto de inglês básico. Tem cursos com maior desconto que podem chegar até 70%.

Desconto de 50% na ACM Lapa: em várias atividades como natação, hidroginástica, voleibol, ginástica localizada, musculação, entre outras.

Atendimento dentário para associados



Qualidade e limpeza fazem a diferença no consultório do Centro

Os associados e seus dependentes têm direito a tratamento dentário gratuito padrão em consultório no Centro, graças a convenio feito entre o SINPOL e o consultório do Dr. Givago Yuri. Para os casos mais complexos como blocos, implantes, entre outros, haverá um preço abaixo do mercado. Estarão cobertos obturações, extrações, restaurações, tratamento de gengiva, de canal de canino, além de outros procedimentos cirúrgicos.

Os interessados devem pegar encaminhamento na secretaria do SINPOL - Rua Riachuelo nº 191 B - Centro. Horário: das 10h às 15h, às segundas, quartas e sextas. Tel: 2224-9571.

Sócio do SINPOL paga metade na ACM

Na ACM Lapa, os associados do SINPOL pagam a metade do preço nas atividades oferecidas. Com o Plano Pleno você pode fazer: natação, ginástica (exceto musculação), hidroginástica, e esportes de quadra. A faixa etária provoca também a mudança de preço. De 6 a 20 anos – R\$ 151,00; de 21 a 24 anos – R\$ 176,00; de 25 a 34 anos – R\$ 239,00; e de 35 a 59 anos – R\$ 290,00. Acima de 60 anos – R\$ 239,00. Em cima desses valores o associado ao Sindicato tem direito a 50% de abatimento na mensalidade, através do convênio entre o SINPOL e a Associação Cristã de Moços - ACM Lapa. Quem optar fazer musculação é acrescentado R\$ 51,00 no valor já com

desconto. O encaminhamento é feito na secretaria do SINPOL. Informações no Tel: 2224-9571



Jovens jogam vôlei na ACM

Polícia Civil desarticula quadrilha do Covid-19

A falta de recursos e o baixo efetivo, principalmente em tempos de Covid-19, não foram determinantes para que a Polícia Civil deixasse de investigar e desarticular quadrilhas que agem em todo estado, ainda mais se aproveitando dos cofres públicos com superfaturamento de equipamentos médicos durante a pandemia do coronavírus.

Uma prova do empenho dos nossos policiais civis foi agora em maio, quando uma importante quadrilha foi desarticulada. Agentes do Departamento Geral de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado e à Lavagem de Dinheiro da Polícia Civil (DGCOR-LD), em parceria com o Ministério Público Estadual (MP-RJ), fizeram operação para combater fraudes na compra de respiradores pelo governo de Santa Catarina. Onze mandados de busca, apreensão e sequestros de bens foram cumpridos em um galpão em Vargem Pequena, na Zona Oeste do Rio – os policiais encontraram máscaras N95, máscaras de oxigênio, notebooks e peças de respiradores.

Presos três empresários e dois agentes públicos

As investigações indica-



Policiais apreenderam documentos da quadrilha da Covid-19

ram que uma suposta fraude contaria com a participação de agentes públicos. Entre os crimes praticados estão falsidade ideológica em documentos oficiais, criação de empresas de fachada e lavagem de dinheiro. Indícios de adulteração de álcool em gel também foram encontrados e a perícia precisou ser acionada. A quadrilha teria fraudado o fornecimento de 200 respiradores para o governo catarinense, adquiridos em março, ao custo de R\$ 33 milhões. O pagamento já havia sido realizado. A entrega dos equipamentos nunca foi feita.

A operação foi realizada em conjunto com as polícias

civis do Rio, São Paulo, Mato Grosso e Santa Catarina. A empresa e os envolvidos na fraude estavam no Rio. As ordens judiciais foram cumpridas em 12 municípios, dos quatro estados. Cerca de 100 policiais, entre civis, militares e rodoviários federais participaram da ação. Até agora três empresários e dois agentes públicos foram presos, incluindo o subsecretário de Saúde do estado, Gabriel Neves e seu substituto, Gustavo Borges.

SINPOL parabeniza os policiais envolvidos na operação, que mesmo com todas as dificuldades, continuam prestando um relevante serviço à sociedade.

Jurídico do Sinpol atende associados em domicílio

Devido a pandemia do Coronavírus, os policiais aposentados que não podem se locomover até o Centro, na sede do SINPOL da Rua Riachuelo, nº 191, podem ligar para a secretaria do Sindicato (2224-9571) e marcar uma visita do jurídico do Sindicato, que prontamente irá ao domicílio do associado esclarecer suas dúvidas ou relatar como vai seu processo na Justiça.

Recentemente, o Dr. Daniel Rodrigues, advogado do SINPOL, visitou alguns associados – Entre eles, o aposentado Claudyr de Oliveira, que mora em Jacarepaguá. O advogado atualizou o policial que o juiz determinou algumas diligências a serem cumpridas pelo associado, mostrando os despachos do referido magistrado.

Mesmo cumprindo o distanciamento social, o

policial aposentado recebeu o advogado em sua residência, ambos com os devidos equipamentos de proteção: máscara facial e álcool em gel, assegurando o cuidado na saúde de ambas as partes, evitando assim, a propagação e contaminação pelo COVID-19.



O advogado, Dr. Daniel Rodrigues (D) em atendimento ao associado Claudyr



Sindicato dos Funcionários da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro

Tel.: 2224-9571

IMPRESSO